

AJUSTE FISCAL

CCF define corte adicional de R\$ 1,3 bilhão

Medida visa a compensar parte da perda de arrecadação com demora na aprovação da CPMF

NÉLIA MARQUEZ
e GUSTAVO FREIRE

BRASÍLIA - A Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF) fecha na terça-feira a programação financeira do governo para 1999, com um corte adicional de gastos de R\$ 1,3 bilhão nas despesas do próximo ano que compensará parte da frustração na arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), ainda não aprovada pelo Senado.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional, na reunião de terça-feira será definido o texto do decreto que determinará o apertamento nos gastos em janeiro. Este decreto, porém, se restringirá a esse mês porque o orçamento de 1999 (que já embutiu um corte de R\$ 8,7 bilhões em relação à proposta original) ainda

não foi aprovado pelo Congresso e os números sobre previsão de receita e despesa são ainda provisórios.

Posteriormente, será editado o decreto com a programação financeira para o restante do ano. Também em 1998 o governo trabalhou com programação financeira definida em decreto que fechou com um gasto em outros custeios e capital de R\$ 36,7 bilhões.

A avaliação do Tesouro Nacional é que em janeiro a pressão dos ministérios por gastos de custo é pequena uma vez que naquele mês grande parte dos dirigentes estão de férias e, com isso, o volume de gastos é menor. Em compensação, a conta do Tesouro em janeiro será pressionada pelos gastos com pessoal. Isso porque o governo adiou para o próximo mês o pagamento de 70% do salário de dezembro dos funcioná-

rios públicos. Além disso, o Tesouro terá de pagar integralmente aos funcionários o salário de janeiro.

A frustração na arrecadação da CPMF e a rejeição da Medida Provisória nº 1.720, que elevava a contribuição previdenciária dos funcionários públicos e incluía os aposentados no rol dos contribuintes, exigirão do governo um ajuste adicional de R\$ 6,7 bilhões. Esse ajuste será feito com o R\$ 1,3 bilhão de corte de gastos, R\$ 1,9 bilhão com a cobrança de adicional de 0,38% do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), R\$ 1,4 bilhão de antecipação de receita da Telebrás e R\$ 2,1 bilhões com o fim da dedutibilidade de juros na Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

TJLP - O Banco Central divulgou ontem a nova Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) válida para o período de 1.º de janeiro a 31 de março. A nova taxa, como era esperado, ficou em 12,84% no ano. O percentual é 28,90% menor que os 18,06% cobrados do início do mês até hoje. A nova taxa, é no entanto, 9,93% maior que a taxa de 11,68% em vigor em setembro, outubro e novembro.

A nova taxa já reflete a mudança introduzida anteriormente por uma

resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN), pela qual a taxa passou a poder ser calculada com base na média aritmética das taxas dos últimos 12 meses, multiplicada por 1,1.

De acordo com a resolução, a taxa obtida com esse cálculo será usada pelo BC toda vez que ela for inferior à taxa calculada com base na ponderação dos juros dos papéis da dívida externa e interna brasileira.

Ufir - O *Diário Oficial* de ontem publicou portaria assinada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, que fixa o valor da Ufir para 1999 em R\$ 0,9770.

COMISSÃO

REÚNE-SE NA

PRÓXIMA

TERÇA-FEIRA